

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.528.011 - RJ (2019/0179033-1)

AGRAVANTE : VANDA DOS SANTOS FERREIRA
ADVOGADO : LEONARDO CARVALHO DA SILVA - RJ147547
AGRAVADO : AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A
ADVOGADOS : JAYME SOARES DA ROCHA FILHO - RJ081852
LUCIANO BOGADO PEREIRA FERNANDES - RJ104376
DANIELA LOUBACK PEREIRA LACLETTE - RJ131757

DECISÃO

Vanda dos Santos Ferreira ajuizou ação indenizatória por danos morais contra Ampla Energia e Serviços S/A objetivando tutela jurisdicional da pretensão de reparação pecuniária em razão da precariedade da companhia ré em realizar a manutenção dos cabos submarinos que levam energia elétrica à Ilha Grande, implicando na impossibilidade de restabelecimento do serviço em tempo adequado, pretendendo o pagamento de indenização por danos morais em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), e por danos materiais no montante de R\$ 1.660,90 (mil seiscentos e sessenta e noventa centavos).

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro deu parcial provimento ao recurso de apelação autoral, reformando a decisão monocrática de improcedência da ação (fls. 225-226), apenas para reduzir a condenação da verba honorária, nos termos da seguinte ementa (fls. 293-295):

APELAÇÃO CÍVEL. SENTENÇA (INDEX 226) QUE JULGOU IMPROCEDENTES OS PEDIDOS. DÁ-SE PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO DA AUTORA, ALTERANDO-SE A VERBA HONORÁRIA ADVOCATÍCIA PARA 20% SOBRE O VALOR DA CAUSA, NA FORMA DO ARTIGO 85, § 2º DO NCPC, OBSERVADA A GRATUIDADE CONCEDIDA. A controvérsia reside em verificar se existe conjunto probatório que respalde a alegada falha na prestação de serviço da Concessionária Ré, no que se refere à alegada interrupção de energia na residência da Reclamante, e se, das circunstâncias relacionadas, decorre seu dever de indenizar a Autora pelos danos causados. Da análise, vê-se que a Demandante não apresentou qualquer número de protocolo de reclamação perante a Empresa, não tendo anexado qualquer outro documento que pudesse comprovar suas alegações. Veja-se que a Suplicante sustenta ter havido dano ao freezer que possuía em sua residência, entretanto, não acosta qualquer orçamento para conserto do referido aparelho ou protocolo de reclamação administrativa. A sustentação autoral de violação ao artigo 341 do CPC, já que a Ré não teria negado os eventos de interrupção no fornecimento de energia, não deve ter acolhida, posto que cabe, inicialmente, ao autor da demanda comprovar minimamente a existência do direito alegado. Não se verifica, também, o alegado cerceamento de defesa, porquanto o r. Juízo possibilitou às partes a produção probatória, momento em que a Reclamante afirmou não ter mais provas a produzir (index 221). Noutro sentido, na sentença, o d. Juízo ainda destacou “Considerando que as partes não têm mais

provas a produzir e a prova requerida pela parte autora é desnecessária ao deslinde da controvérsia, impõe-se o julgamento antecipado da lide”. Assim, concluiu a r. sentença pela desnecessidade das provas requeridas, inicialmente, na exordial. No que se refere à ausência de apreciação do requerimento de inversão do ônus da prova, saliente-se que não é obrigatória. O Código de Defesa do Consumidor adotou a regra da distribuição dinâmica do ônus da prova, conferindo ao Órgão Judicial, caso verifique a verossimilhança da alegação ou a hipossuficiência da parte mais vulnerável da relação de consumo, que é o consumidor, o poder de redistribuir o ônus da prova. Não se verifica, in casu, a hipossuficiência da Reclamante em comprovar os alegados danos, não sendo o caso de inversão do ônus da prova, como pleiteado. No que diz respeito ao prazo para reparo dos defeitos e restabelecimento do serviço de energia elétrica, reputa-se que, no caso em comento, merece relativização. Portanto, o tempo razoável para que se proceda ao reparo deve ser ponderado, não se afigurando razoável a insurgência da Autora quanto à questão. Precedente. Por fim, em que pese se tratar de relação de consumo, em que se verifica a aplicação do Código de Defesa do Consumidor, e de seus consectários legais, em especial a responsabilidade objetiva do fornecedor do serviço, nos termos do artigo 14 do referido diploma legal, bem como a prestação de serviços essenciais adequados e contínuos, nos termos do artigo 22, não se verifica ser o caso de responsabilização da Ré. Na hipótese, a Demandante não demonstrou o fato constitutivo de seu direito, cabendo-lhe produzir mínimo de prova de sua alegação, nos termos do art. 373, inciso I, do Código de Processo Civil. Entendimento consagrado na Súmula nº 330 deste Tribunal. Precedente. Quanto ao pedido da Autora, para redução dos honorários sucumbenciais, deve ser acolhido. O arbitramento da verba honorária sucumbencial segue a norma do artigo 85, § 2º do NCPC, e, não sendo caso de aplicação do § 8º, deve ser arbitrada em 20% sobre o valor da causa, já observado o § 11 do referido dispositivo legal.

Opostos embargos de declaração, foram eles rejeitados com a aplicação de multa de 2% (dois por cento) do valor da causa em razão de seu caráter protelatório (fls. 320-328).

Vanda dos Santos Ferreira interpôs recurso especial, fundamentado no artigo 105, III, alíneas *a* e *c*, da Constituição da República, alegando violação dos arts. 489, § 1º, IV, e 1.022, I, do CPC de 2015, visto que, em suma, o aresto vergastado não enfrentou todos os argumentos deduzidos nos autos, suficientes para, em tese, infirmar a conclusão adotada no julgado, notadamente os relacionados aos seguintes dispositivos: arts. 9º e 10º - ampla defesa; art. 369 - prova tarifada/livre convencimento e, art. 374, I, - fato notório.

Aponta violação dos arts. 9º, 10º, 341, 369 e 374, I, do CPC de 2015, sob a alegação de que não foi oportunizado à consumidora recorrente se manifestar plenamente nos autos, tendo sido ignorado pelo aresto vergastado vasto dossiê produzido pelo seu patrono, o qual continha documentação com declarações e fotos, além de diversos vídeos anexados por meio de links do

youtube que comprovam a falta de manutenção nos cabos submarinos, a falta de defensas submarinas, a falta de sinalização náutica adequada e a falta de equipes de plantão, entre outras.

Indica violação dos arts. 6º, X, 14, § 3º, I, e 22 do Código de Defesa do Consumidor, porquanto, em síntese, sendo dever da companhia recorrida fornecer o serviço de energia elétrica de forma contínua e eficiente, e sendo notório e comprovado a existência de “fato do serviço” (defeito no serviço prestado) caberia a ela fazer prova de que não ocorreu tal vício, sob pena da responsabilização pelos danos causados.

Aduz violação dos arts. 2º e 3º, XIX, da Lei n. 9.427/2010, e art. 176, II, da Resolução ANEEL n. 414/2010, na medida em que o acórdão recorrido não observou o regulamento técnico da agência reguladora de energia elétrica –ANEEL, que determina o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para restabelecimento do serviço de energia elétrica em área rural.

Alega, por fim, dissídio jurisprudencial entre o acórdão recorrido e julgados desta Corte relacionados à questão do cabimento de indenização por dano moral decorrente do não fornecimento de energia elétrica por parte da concessionária responsável.

Não foram ofertadas contrarrazões e o recurso especial teve seguimento negado pelo Tribunal *a quo* (fls. 351-356), tendo sido interposto o presente agravo.

É o relatório. Decido.

Considerando que a agravante impugnou a fundamentação apresentada na decisão agravada, e atendidos os demais pressupostos de admissibilidade do agravo, passo ao exame do recurso especial.

No que trata da alegada violação dos arts. 489, § 1º, IV, e 1.022, I, do CPC/2015, sem razão a recorrente a esse respeito, tendo o Tribunal *a quo* decidido a matéria de forma fundamentada, analisando todas as questões que entendeu necessárias para a solução da lide, não obstante tenha decidido contrariamente à sua pretensão.

Nesse panorama, a oposição dos embargos declaratórios caracterizou, tão somente, a irresignação da embargante diante de decisão contrária a seus interesses, o que não viabiliza o referido recurso.

Tem-se, ainda, que o julgador não está obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos invocados pelas partes quando, por outros meios que lhes sirvam de convicção, tenha encontrado motivação satisfatória para dirimir o litígio. As proposições poderão ou não ser explicitamente dissecadas pelo

magistrado, que só estará obrigado a examinar a contenda nos limites da demanda, fundamentando o seu proceder de acordo com o seu livre convencimento, baseado nos aspectos pertinentes à hipótese *sub judice* e com a legislação que entender aplicável ao caso concreto.

Descaracterizada a alegada omissão, se tem de rigor o afastamento da suposta violação do art. 1.022 do CPC/2015, conforme pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO À SAÚDE. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. CONTROVÉRSIA RESOLVIDA, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, À LUZ DAS PROVAS DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO, NA VIA ESPECIAL. SÚMULA 7/STJ. HIPÓTESE EM QUE A FAZENDA PÚBLICA FOI CONDENADA EM HONORÁRIOS DE ADVOGADO, FIXADOS, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, SEM DEIXAR DELINEADAS CONCRETAMENTE, NO ACÓRDÃO RECORRIDO, AS CIRCUNSTÂNCIAS A QUE SE REFEREM AS ALÍNEAS DO § 3º DO ART. 20 DO CPC/73. INADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL, EM FACE DA INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 7/STJ E 389/STF. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

[...]

III. Não há falar, na hipótese, em violação aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015, porquanto a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, de vez que os votos condutores do acórdão recorrido e do acórdão proferido em sede de Embargos de Declaração apreciaram fundamentadamente, de modo coerente e completo, as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida.

[...]

IX. Agravo interno improvido (AgInt no AREsp 1046644/MS, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/09/2017, DJe 11/09/2017).

ADMINISTRATIVO. CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE. DESAPROPRIAÇÃO DIRETA. ALEGAÇÃO DE APOSSAMENTO ADMINISTRATIVO. PRETENSÃO INDENIZATÓRIA DE DANOS MORAIS. DIREITO DE CULTO AOS MORTOS. VIOLAÇÃO A DIREITO DA PERSONALIDADE. DESNECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVA. AUTONOMIA DA PESSOA JURÍDICA. DISTINÇÃO DA PESSOA DOS SÓCIOS. INTRANSMISSIBILIDADE DO DIREITO. CARÊNCIA DE LEGITIMIDADE PARA A CAUSA.

1. O mero julgamento da causa em sentido contrário aos interesses e à pretensão de uma das partes não caracteriza a ausência de prestação jurisdicional tampouco viola o art. 1.022 do CPC/2015. Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

2. A regra que veda o comportamento contraditório ("venire contra factum proprio") aplica-se a todos os sujeitos processuais, inclusive os

imparciais. Não é aceitável o indeferimento de instrução probatória e sucessivamente a rejeição da pretensão por falta de prova.

3. A pessoa jurídica não tem legitimidade para demandar a pretensão de reparação por danos morais decorrentes de aventada ofensa ao direito de culto aos antepassados e de respeito ao sentimento religioso em favor dos seus sócios.

4. Trata-se de direito da personalidade e, portanto, intransmissível, daí por que incabível a dedução em nome próprio de pretensão reparatória de danos morais alheios.

5. Recurso especial não provido (REsp 1649296/PE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/09/2017, DJe 14/09/2017).

A respeito da alegação de violação dos arts. 9º, 10º, 341, 369 e 374, I, do CPC/2015, dos arts. 6º, X, 14, § 3º, I, e 22 do CDC, e dos arts. 2º e 3º, XIX, da Lei n. 9.427/2010, o Tribunal *a quo*, na fundamentação do *decisum* recorrido, assim firmou entendimento (fls. 300-305):

[...]

A Reclamante, s.m.j., não comprovou a existência de falha na prestação do serviço.

Da análise, vê-se que a Demandante, de fato, não apresentou qualquer número de protocolo de reclamação perante a Empresa, não tendo anexado qualquer outro documento que pudesse comprovar suas alegações.

Veja-se que a Autora sustenta ter havido dano ao freezer que possuía em sua residência, entretanto, não acosta qualquer orçamento para conserto do referido aparelho.

Poderia ter anexado o protocolo de reclamação administrativa, perante a Empresa, para conserto do eletrodoméstico ou indenização pela perda, mas também não o fez.

Nesse sentido, em que pese as alegações da Autora de que, durante o período de interrupção de energia na localidade, o serviço de telefonia não funciona, impossibilitando as reclamações perante a Empresa e a existência de protocolos, certo é que a Requerente alega interrupção de energia durante 11 dias, de forma que, se impossibilitada de reclamar pelo telefone, poderia, durante tal período, ter registrado reclamação na agência da Concessionária.

Ademais, demorou mais de dois anos para ajuizar a presente demanda, porém, não comprova que qualquer reclamação administrativa teria sido registrada durante esse período de tempo, requerendo, perante a Empresa, o conserto ou indenização referente ao alegado dano ocasionado ao freezer.

Nesse passo, a sustentação autoral de violação ao artigo 341 do CPC, já que a Ré não teria negado os eventos de interrupção no fornecimento de energia, não deve ter acolhida, posto que cabe, inicialmente, ao autor da demanda comprovar minimamente a existência do direito alegado.

Quanto ao suposto cerceamento de defesa, não se vislumbra ter ocorrido.

Na exordial, a Suplicante requereu, quanto às provas: (i) apresentação, pela Ré, das telas de atendimento de todos os protocolos de atendimento desde janeiro/2015, referentes à unidade consumidora da Autora; (ii) inversão do ônus da prova; e (iii) produção de prova documental suplementar.

Já na réplica (index 160), requer produção de prova documental

suplementar e pericial, não insistindo na apresentação das telas do sistema interno da Ré.

Por fim, instada a se manifestar, justificadamente, em provas, a Suplicante declara (index 221) não as ter mais a produzir, ressaltando não ter sido apreciado pelo Juízo o requerimento de inversão do ônus probatório, postulando o julgamento do feito.

Assim, não se verifica, portanto, o alegado cerceamento de defesa, porquanto o r. Juízo possibilitou às partes a produção probatória, momento em que a Reclamante afirmou não ter mais provas a produzir.

Noutro sentido, na sentença, o d. Juízo ainda destacou “Considerando que as partes não têm mais provas a produzir e a prova requerida pela parte autora é desnecessária ao deslinde da controvérsia, impõe-se o julgamento antecipado da lide”.

Assim, conclui a r. sentença pela desnecessidade das provas requeridas, inicialmente, na exordial.

Saliente-se que vigora no ordenamento jurídico o sistema do livre convencimento motivado, segundo o qual o Órgão Julgador está livre para valorar as provas a ele apresentadas, decidindo quais se mostram necessárias e suficientes para a formação do seu livre convencimento.

Na hipótese, as telas do sistema interno da Empresa, s.m.j., não seriam capazes de alterar o curso do julgamento, já que se tratam de documentos unilaterais, passíveis de modificação pela Empresa, carecendo, pois, de força como elemento de prova.

Mencione-se que tampouco os diversos vídeos citados na inicial serviram como prova (link https://www.youtube.com/channel/UCyfesFv4KhqQ6W15xxWV65A/video?s?view=0&sort=dd&shelf_id=0), tendo em vista que tratam de problemas genéricos na rede de energia da Ilha Grande, nada comprovando sobre o caso específico.

No que se refere à ausência de apreciação do requerimento de inversão do ônus da prova, saliente-se que não é obrigatória.

Disciplina o art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor:

[...]

Não se verifica, in casu, a hipossuficiência da Reclamante em comprovar os alegados danos, não sendo o caso de inversão do ônus da prova, como pleiteado.

No que se diz respeito ao prazo para reparo dos defeitos e restabelecimento do serviço de energia elétrica, reputa-se que, no caso em comento, merece relativização.

Trata-se, o fornecimento de energia em Ilha Grande, de situação específica, já que a localidade faz parte de arquipélago localizado na Costa Verde do Estado do Rio de Janeiro, distante e ao qual somente se tem acesso por meio de embarcações marítimas.

Portanto, o tempo razoável para que se proceda a este reparo deve ser ponderado, não se afigurando razoável a insurgência da Autora quanto à questão.

[...]

Por fim, em que pese se tratar de relação de consumo, em que se verifica a aplicação do Código de Defesa do Consumidor, e de seus consectários legais, em especial a responsabilidade objetiva do fornecedor do serviço, nos termos do artigo 14 do referido diploma legal, bem como a prestação de serviços essenciais adequados e contínuos, nos termos do artigo 22, não se verifica ser o caso de responsabilização da Ré.

Na hipótese, a Autora não conseguiu comprovar os alegados danos, limitando-se a informar, de forma genérica, que a falta de energia causou transtornos em sua vida cotidiana.

Neste contexto, não existe comprovação mínima da alegada falha na prestação do serviço e, por conseguinte, não há elemento que possa atribuir à Reclamada responsabilidade.

Destarte, a Demandante não demonstrou o fato constitutivo de seu direito, cabendo-lhe produzir mínimo de prova de sua alegação, nos termos do art. 373, inciso I, do Código de Processo Civil.

[...]

Nesse sentido, tendo o Tribunal *a quo*, com base nos elementos fáticos carreados aos autos, concluído que a consumidora recorrente não comprovou minimamente o fato constitutivo do seu direito, porquanto não apresentou prova da falha na prestação do serviço, tampouco qualquer número de protocolo de reclamação perante a companhia recorrida, ou mesmo qualquer orçamento a demonstrar ter havido dano ao eletrodoméstico (freezer) que possuía em sua residência, para se infirmar tais fundamentos, no sentido de restar comprovado ter havido dano ou prejuízo indenizável, na forma pretendida no apelo nobre, demandaria o revolvimento do mesmo acervo fático-probatório já analisado, procedimento impossível pela via estreita do recurso especial, ante a incidência da Súmula n. 7/STJ.

Nesse sentido, os seguintes julgados:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENERGIA ELÉTRICA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, COM INTERRUPÇÃO NO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 2º DO CDC. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. DANOS MATERIAIS CONFIGURADOS. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DO DEVER DE INDENIZAR. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno aviado contra decisão publicada em 30/11/2016, que, por sua vez, julgara recurso interposto contra decisum publicado na vigência do CPC/73.

II. Na origem, trata-se de ação de indenização, proposta pelo Município de São Paulo em face da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/A., visando o recebimento de indenização, em razão de danos materiais decorrentes de queda abrupta de energia elétrica.

III. Em relação à apontada violação ao art. 2º do CDC, o Recurso Especial é manifestamente inadmissível, por falta de prequestionamento, pelo que incide, quanto ao referido ponto, o óbice da Súmula 282/STF.

IV. Quanto à alegada existência de excludente de responsabilidade da ora agravante, o acórdão recorrido a afastou, concluindo, à luz das provas dos autos, que "não se pode dizer que ocorreu caso fortuito ou força maior para a exclusão da responsabilidade objetiva da ré. Oscilações bruscas no fornecimento de energia elétrica não são fatos imprevisíveis". Assim, acolher a alegação exposta nas razões recursais - no sentido de que "a queda de

energia se deu por falha da CTEEP e não por um agente ou empregado da recorrente" - ensejaria, inevitavelmente, o reexame do material fático-probatório dos autos, procedimento vedado, pela Súmula 7 desta Corte.

V. Agravo interno improvido (AgInt no AREsp 1.017.248/SP, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/4/2017, DJe 2/5/2017).

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. TRIBUNAL DE ORIGEM QUE, COM BASE NO ACERVO FÁTICO DA CAUSA, CONCLUIU PELA NÃO COMPROVAÇÃO DO DANO MORAL. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno ajuizado contra decisão monocrática publicada em 15/09/2016, que, por sua vez, julgara recurso interposto contra decisum publicado na vigência do CPC/73.

II. Na origem, trata-se de demanda proposta pelo ora agravante em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, na qual requer a condenação do réu ao pagamento de indenização por danos morais, decorrente da indevida cassação temporária de benefício previdenciário.

III. No caso, o Tribunal a quo - mantendo a sentença de improcedência - concluiu, à luz das provas dos autos, que "não restou provado dano moral, não sendo passível de indenização o mero aborrecimento, dissabor ou inconveniente, como ocorrido no caso dos autos. Além da comprovação da causalidade, que não se revelou presente no caso concreto, a indenização somente seria possível se efetivamente provada a ocorrência de dano moral, através de fato concreto e específico, além da mera alegação genérica de sofrimento ou privação, até porque firme a jurisprudência no sentido de que o atraso na concessão ou a cassação de benefício, que depois seja restabelecido, gera forma distinta e própria de recomposição da situação do segurado, que não passa pela indenização por danos morais". Ainda segundo o acórdão, a parte autora "não juntou cópias do processo administrativo ou do outro processo judicial em que litiga contra o INSS, a fim de que este Juízo pudesse analisar se a conduta da autarquia previdenciária foi desarrazoada em algum momento (seja na época da análise administrativa de sua aposentadoria, seja atualmente, na suposta demora em pagar os valores atrasados)". Assim, não há como reconhecer, no caso - sem revolver o quadro fático dos autos -, o direito à indenização por danos morais. Incidência da Súmula 7 desta Corte. Precedentes do STJ.

IV. Agravo interno improvido (AgInt no AREsp 960.167/SP, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/03/2017, DJe 10/04/2017,)

PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. ESCRIVÃ QUE EFETUOU COBRANÇA DE AUTOS DO ADVOGADO INDICADO NO LIVRO CARGA COMO O RESPONSÁVEL POR SUA RETIRADA. ART. 471 DO CPC/73. INDEFERIMENTO DE PROVA ANTERIORMENTE AUTORIZADA. ALEGADA PRECLUSÃO PRO JUDICATO. INAPLICABILIDADE. DISCRICIONARIEDADE DO MAGISTRADO NA APRECIÇÃO DA PROVA. INEXISTÊNCIA DE CERCEAMENTO DE DEFESA.

DESNECESSIDADE DA PRODUÇÃO DE PROVA. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE. ESCRIVÃ QUE AGIU NO ESTRITO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL. AUSÊNCIA DE DANO MORAL. MERO TRANSTORNO OU ABORRECIMENTO. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. O acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência desta Corte, segundo a qual não há falar em preclusão pro judicato em matéria de instrução probatória, não havendo preclusão para o Magistrado nos casos em que é indeferida a produção de prova que foi anteriormente autorizada. Precedentes: RHC 60.354/SP, Rel. Min. FELIX FISCHER, DJe 17.2.2016; AgRg no AREsp. 756.694/PR, Rel. Min. RAUL ARAÚJO, DJe 11.12.2015; AgRg no Ag. 1.402.168/RS, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, DJe 11.12.2015.

2. O Tribunal de origem, diante das circunstâncias fáticas dos autos, concluiu pela desnecessidade da produção da prova requerida, sendo a documentação presente nos autos suficiente para a solução da lide, e que a Escrivã agiu no estrito cumprimento do dever legal, sendo a cobrança dos autos, mero transtorno ou aborrecimento, que não dá azo ao dever de indenizar.

3. Portanto, é inviável o acolhimento das alegações deduzidas no Apelo Nobre, tendo em vista que demandaria a incursão no acervo fático-probatório da causa, medida vedada em sede de Recurso Especial.

4. Agravo Interno do Particular desprovido (AgInt no AREsp 118.934/PR, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 22/11/2016, DJe 06/12/2016).

Nesse passo, a incidência do óbice do enunciado da Súmula 7/STJ também impede o conhecimento do dissídio jurisprudencial suscitado.

Em relação à alegação de inobservância a regramento da ANEEL, importa ressaltar que atos como resoluções e portarias, por exemplo, de natureza normativa, não equivalem à lei federal para fim de interposição de recurso especial, forte nos precedentes da Corte:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC. INOCORRÊNCIA. ACÓRDÃO FUNDAMENTADO EM PRECEITOS E DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. REVISÃO. COMPETÊNCIA DO STF. LEGISLAÇÃO FEDERAL. VIOLAÇÃO REFLEXA. RESOLUÇÃO DA ANEEL. NÃO CONHECIMENTO. TRANSFERÊNCIA DE ATIVOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA. CONTRATO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. In casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II - A Corte de origem apreciou todas as questões relevantes apresentadas com fundamentos suficientes, mediante apreciação da disciplina

normativa e cotejo ao posicionamento jurisprudencial aplicável à hipótese. Inexistência de omissão, contradição ou obscuridade.

III - A conclusão do acórdão recorrido acerca da concessão de serviço público demanda interpretação de preceitos e dispositivos constitucionais, não podendo ser examinado em recurso especial, sob pena de usurpação de competência do STF, nos termos do art. 102 da Constituição da República.

IV - Impõe-se o não conhecimento do recurso especial quanto à alegação de ofensa a legislação federal, porquanto seriam meramente reflexas, sendo imprescindível a análise da Resolução 414/2010, com redação dada pela Resolução 479/2012 da ANEEL. Precedentes.

V - É entendimento pacífico dessa Corte que a parte deve proceder ao cotejo analítico entre os arestos confrontados e transcrever os trechos dos acórdãos que configurem o dissídio jurisprudencial, sendo insuficiente, para tanto, a mera transcrição de ementas.

VI - Não apresentação de argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

VII - Em regra, descabe a imposição da multa, prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, em razão do mero improvimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.

VIII - Agravo Interno improvido.

(AgInt no REsp 1819282/SP, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 16/12/2019, DJe 18/12/2019)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. MANDADO DE SEGURANÇA. ENERGIA ELÉTRICA. REENQUADRAMENTO TARIFÁRIO. RESOLUÇÃO 456/2000, DA ANEEL. ALEGADA OFENSA AO ART. 535 DO CPC/73. INEXISTÊNCIA. CONTROVÉRSIA QUE EXIGE ANÁLISE DO CONTRATO SOCIAL DAS EMPRESAS IMPETRANTES E DE RESOLUÇÃO DA ANEEL. SÚMULA 5 DO STJ. ATO NORMATIVO NÃO INSERIDO NO CONCEITO DE LEI FEDERAL. INVIABILIDADE. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno ajuizado contra decisão que julgara Recurso Especial interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/73.

II. Na origem, trata-se de Mandado de Segurança, impetrado por Serraria Irmãos Ziliotto Ltda e Madeireira e Transportes Lorenzi Ltda contra ato do Gerente da Agência Regional de Joaçaba da Celesc Distribuição S/A, objetivando a reclassificação das unidades consumidoras das empresas para "indústria rural".

[...]

VI. Ademais, na forma da jurisprudência, "o apelo nobre não constitui via adequada para análise de ofensa a resoluções, portarias ou instruções normativas, por não estarem tais atos normativos compreendidos na expressão 'lei federal', constante da alínea 'a' do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal" (STJ, REsp 1.613.147/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 13/09/2016).

VII. Agravo interno improvido.

(AgInt no REsp 1389783/SC, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/04/2019, DJe 29/04/2019)

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, § único, II, *a e b*, do RI/STJ, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nesta parte, negar-lhe provimento, implicando na majoração da verba honorária para 25% (vinte e cinco por cento), observada a gratuidade de justiça concedida à recorrente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator